

POLÍTICA EM SÃO PAULO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS

E D I T O R A
U N I C A M P

Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO
MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI
MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

RACHEL MENEGUELLO
MARIA TERESA MICELI KERBAUY
(ORG.)

Política em São Paulo

Uma análise da dinâmica
político-partidária no estado

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

P759 Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado /
organização: Rachel Meneguello e Maria Teresa Miceli Kerbauy – Campinas, SP:
Editora da Unicamp, 2020.

1. Política – São Paulo (estado). 2. Partidos políticos. 3. Eleições. 4. Poder Legislativo. I. Mene-
guello, Rachel. II. Kerbauy, Maria Teresa Miceli, III. Título.

CDD – 320.98161
– 329
– 324.2
– 321.8043

ISBN 978-65-86253-41-2

Copyright © by organizadoras
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste material são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
APRESENTAÇÃO	
<i>Rachel Meneguello e Maria Teresa Miceli Kerbaury</i>	11
1. DINÂMICAS DE COMPETIÇÃO E DESEMPENHO ELEITORAL: O SUBSISTEMA PARTIDÁRIO DE SÃO PAULO	
<i>Maria do Socorro Sousa Braga, Valeriano Mendes Costa e Jean Lucas Macedo Fernandes</i>	19
2. EXPLICAÇÕES SOBRE O VOTO LOCAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (1994-2016)	
<i>Rachel Meneguello, Henrique Curi e Otávio Catelano</i>	55
3. O SUCESSO ELEITORAL DO PSDB EM SÃO PAULO: DESEMPENHO E DESENVOLVIMENTO PARTIDÁRIO EM NÍVEL LOCAL	
<i>Monize Arquer</i>	99
4. TRAJETÓRIA E DESEMPENHO DA DIREITA PARTIDÁRIA EM SÃO PAULO	
<i>Jean Lucas Macedo Fernandes</i>	131
5. EXISTE VIDA: FILIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE NOS PARTIDOS POLÍTICOS PAULISTAS	
<i>Pedro Floriano Ribeiro e Oswaldo E. do Amaral</i>	159
6. OS MILITANTES PETISTAS E TUCANOS EM SÃO PAULO: PADRÕES DE MILITÂNCIA E ENGAJAMENTO	
<i>Luís Gustavo B. Locatelli</i>	181
7. PERSONALIZAÇÃO E PARTIDARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS. UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, SENADOR E PREFEITO DA CAPITAL NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1982 A 2016	
<i>Bruno Wilhelm Speck</i>	209

8. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO <i>Maria Teresa Miceli Kerbauy</i>	237
9. O PODER EXECUTIVO PAULISTA: RELAÇÕES ENTRE A ATIVIDADE LEGISLATIVA E AS COALIZÕES DE GOVERNO <i>Gustavo Sabbag e Marcus Rodrigues</i>	269
10. INSTITUIÇÕES, COMPORTAMENTO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA: UM ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS <i>Thaís Cavalcante Martins</i>	295
11. UMA VIA DE MÃO DUPLA: RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO DE DEPUTADOS ESTADUAIS EVANGÉLICOS EM SÃO PAULO <i>Marcela Tanaka</i>	321
12. O CONTEÚDO DA PRODUÇÃO DOS DEPUTADOS EVANGÉLICOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO <i>Priscilla Leine Cassotta</i>	345
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	363

LISTA DE SIGLAS

AD – Assembleia de Deus
Alesp – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Arena – Aliança Renovadora Nacional
CDH – Comissão dos Direitos Humanos e Minorias
Cgadb – Conselho Geral das Assembleias de Deus no Brasil
Conemad – Convenção Estadual dos Ministros Evangélicos das Assembleias de Deus
Confradesp – Convenção Fraternal das Assembleias de Deus no Estado de São Paulo
DCE – Diretório Central de Estudantes
DEM – Democratas
FPE – Frente Parlamentar Evangélica
IB – Igreja Batista
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Imub – Igreja Missionária Unida Brasil
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iurd – Igreja Universal do Reino de Deus
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCDN – Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional
PCN – Partido Comunitário Nacional
PCO – Partido da Causa Operária
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEA – População Economicamente Ativa
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PH – Partido Humanista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PLH – Partido Liberal Humanista
PLP – Partido Liberal Progressista
PMC – Partido Municipalista Comunitário
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PMR – Partido Municipalista Renovador
PMSD – Partido Municipalista Social Democrático
PN – Partido Nacionalista
Pnab – Partido Nacional dos Aposentados do Brasil
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Renovação Nacional
Prona – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
Pros – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSN – Partido da Solidariedade Nacional
Psol – Partido Socialismo e Liberdade
PSP – Partido Social Progressista

LISTA DE SIGLAS

PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
SD – Solidariedade
Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UNE – União Nacional dos Estudantes

APRESENTAÇÃO

*Rachel Meneguello e
Maria Teresa Miceli Kerbauy*

Esta coletânea reúne trabalhos resultantes das pesquisas e reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto temático “Organização da política representativa em São Paulo”, realizado com o auxílio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.¹ Esse projeto teve origem na preocupação em reunir evidências sobre os partidos políticos paulistas com o objetivo de enfrentar, inicialmente, dois grandes desafios. O primeiro, de dimensão ampla, apresentado de modo contundente pela literatura que advoga a crise de representação e a crise dos partidos nas democracias contemporâneas, impunha esforços para demonstrar que partidos políticos continuam sendo instituições com capacidade representativa, detêm organização interna, formam quadros, têm importância junto ao eleitorado. O segundo desafio estava no estudo da política em âmbito local. A política paulista traz como enigma um denso território, com enorme complexidade estrutural, demográfica e socioeconômica, com a presença de todos os partidos registrados no país, além de ser o principal ponto de origem e formação dos dois partidos que conduziram a política democrática nacional durante mais de 20 anos – PT e PSDB – e que combinava, ao mesmo tempo, uma dinâmica altamente fragmentada no âmbito dos municípios, com a hegemonia por mais de duas décadas de um só partido no governo estadual.

Enfrentamos o primeiro desafio com o suposto de que os partidos são instituições fundamentais para o funcionamento democrático. Apesar de as

¹ Projeto temático Fapesp – “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)”. Processo n. 2012/19330-8, coordenado pelo Cesop-Unicamp, em parceria com USP, Unesp e UFSCar.

transformações da representação política nas sociedades contemporâneas terem retirado dos partidos o monopólio da organização de interesses, e apesar das próprias mudanças estruturais da política e das formas como ela se realiza, consideramos os partidos como sujeitos centrais que representam e articulam interesses da sociedade, mobilizam e integram eleitores, selecionam os candidatos para a formação de governos e a implementação de políticas públicas, e interagem no Parlamento com outras forças do sistema partidário, produzindo decisões que regulam a vida social (Kirchheimer, 1966; Panebianco, 1981; Gallaguer, 1988; Kitschelt, 1989; Strom, 1990; Scarrow, 1996; Dalton, 2000; Ware, 1996; Katz & Mair, 1992; 1995; 2009; Lawson & Merkl, 2007; Manin, 2012; Rohrschneider & Whitefield, 2012). Ao priorizarmos a abordagem clássica, consideramos que os aspectos organizacionais influenciam as estratégias intrapartidárias e eleitorais, definições que orientaram os estudos aqui apresentados sobre a organização e o funcionamento interno dos partidos e seus membros, o papel e a atuação das elites parlamentares, e a capacidade das agremiações de mobilizarem e formarem preferências junto ao eleitorado. Em linhas gerais, nossas evidências permitem afirmar uma realidade distinta do que boa parte da literatura afirma sobre o sistema partidário do país, ou seja, que os partidos brasileiros seriam simplesmente ficções legais (Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Mainwaring & Torcal, 2006; Samuels & Zucco, 2014).

Encontramos evidências de uma atuação partidária intensa na entressafra eleitoral, assim como durante os períodos de eleições; de atividades de militância e dedicação à organização e ao funcionamento interno das agremiações; da influência significativa dos partidos na competição eleitoral, notadamente nos aspectos de seleção, recrutamento de candidatos e financiamento de campanha, bem como na atuação parlamentar.

O segundo desafio impunha o estudo das características da política paulista, contemplando tanto a organização dos partidos no estado, abrangendo suas elites, seus filiados e seus militantes, quanto os efeitos da dinâmica eleitoral na definição de posicionamentos e padrões de votação nos anos entre 1994 e 2016, um espaço ainda a ser preenchido no campo dos estudos sobre o sistema partidário e eleitoral no Brasil.

O enfoque paulista justificou-se pela importância da matriz regional que marca a política nacional. Os estudos sobre o desenvolvimento dos partidos no Brasil convergem quanto à identificação de um padrão de formação e

representação de interesses em que aspectos políticos, como a relação de dependência das forças políticas com a administração central do país, observada desde o início do período republicano, e aspectos socioeconômicos e estruturais, produzidos pelas distintas histórias econômicas regionais, constituem vetores explicativos da natureza regional dos fenômenos de comportamento e organização política (Leal, 1975; Souza, 1976; Schwartzman, 1979; Lamounier & Meneguello, 1986; Mainwaring, 1995).

A caracterização do sistema partidário estadual e de sua dinâmica de funcionamento, desde o início da democratização, mostra que a implantação do multipartidarismo no país deu-se sob o formato das políticas estaduais específicas, dando certa continuidade aos distintos subsistemas presentes já no período anterior ao interregno do bipartidarismo. A evidência de “racionalidades contextuais específicas” foi um de nossos principais parâmetros para investigar a dinâmica política própria do estado de São Paulo (Lima Jr., 1993; 1997). No caso paulista, o sistema partidário seguiu o modelo combinado, pluralista e moderado, com base no equilíbrio de poucos partidos efetivos e blocos ideológicos delimitados, mas estabelecido em um terreno político fragmentado em múltiplas legendas (Lima Jr, 1993; 1997; Figueiredo & Jorge, 1997; Braga & Kinzo, 2007; Ferreira; Batista & Stábile, 2008).

A análise da dinâmica do sistema partidário paulista no início do período democrático em 1986 ressalta dois principais momentos de organização da política: no primeiro, entre 1986 e 1994, três polos organizaram a dinâmica do sistema, encabeçados pelo PMDB, pelo malufismo de Paulo Maluf acolhido no PDS/PPB/PPR/PP, e pelo PT, que, de forma crescente, liderou as preferências à esquerda do bloco oposicionista ao governo estadual. A partir de 1994, encontramos dois vetores que orientaram a organização da política partidária e eleitoral: a) o primeiro, a dinâmica da política nacional, que definiu os polos políticos resultantes da partilha de preferências eleitorais entre PSDB e PT. Os dois partidos lideraram a política nacional no período pós-1994 e tinham em São Paulo parte significativa de suas bases eleitorais e organizativas. O estado foi palco de fundação e organização inicial do PT, e terreno de boa parte da elite política que deu origem ao PSDB, constituindo bases para protagonizarem também as principais disputas no estado; b) o segundo vetor, a estruturação das preferências pelos principais partidos organizados na década de 1980. Ainda que a dinâmica paulista se estabeleça sob um notável

quadro de competitividade, oferecendo um amplo terreno político de disputa com 6.974 vereadores, 645 prefeitos, 94 deputados estaduais e 70 deputados federais, e tenha possibilitado, logo a partir de 1985, um rearranjo de elites através de um expressivo número de médias e pequenas legendas que encontraram espaço para acomodação de interesses (Braga & Kinzo, 2007), são poucas as agremiações que estruturam o voto no estado, constituindo redutos resistentes à forte fragmentação que São Paulo possibilita.

Alguns estudos monográficos sobre as legendas constituídas nos últimos 30 anos têm contribuído para o entendimento da organização da política estadual, e mostram como a complexidade socioeconômica e estrutural do estado resulta na formação de sujeitos políticos ideologicamente distintos, estabelecidos sobre segmentos sociais também diferentes (Kinzo & Silva, 1996; Marques & Fleischer, 1996; Roma, 2000; Couto, 1995; 1998). Contudo, há poucos trabalhos voltados à compreensão do processo de organização das agremiações paulistas, à relação entre partidos e seus eleitorados, bem como ao estudo dos padrões de votação constituídos nas diferentes regiões do estado. Cabe destacar os trabalhos pioneiros de Faria (1975), Lamounier (1978) e Sadek (1986), e, posteriormente, Melhem (1998), Kerbauy (2000), Kinzo & Braga (2007), Meneguello & Bizzarro Netto (2012) e Bizzarro Neto (2013). Nessa direção, os resultados do projeto original adicionaram evidências e reflexões importantes a esse tema, vários deles apresentados nesta coletânea.

Os capítulos apresentados a seguir abordam temas variados sobre a política paulista. Todos os trabalhos tiveram abordagem empírica, utilizando dados oficiais eleitorais, dados oficiais socioeconômicos e demográficos, entrevistas qualitativas com parlamentares, informações sobre as atividades legislativas, e dados originais de nível individual, produzidos por pesquisas por amostragem (*survey*). As pesquisas de campo realizadas no âmbito do projeto (com os membros, filiados e militantes partidários, e com vereadores do estado), elaboradas para avaliar dimensões específicas do funcionamento dos partidos, produziram resultados importantes, que contribuem para o entendimento das organizações e chamam atenção para as dificuldades da pesquisa empírica inerentes aos nossos objetos, os partidos e seus membros. No caso da pesquisa com os filiados e militantes partidários, pioneira no Brasil nesse campo, estudos internacionais relatam as mesmas dificuldades de pesquisa, associadas, sobretudo, à dinâmica de organização das agremiações e

ao acesso aos seus membros (Scarrow, 1996; Whiteley & Seyd, 2004). No campo de estudos sobre as opiniões e orientações dos parlamentares, há uma tradição mais longa no país de pesquisas de tipo *survey*, centradas no Legislativo federal, desde o início da democratização, em que se destacam o trabalho de Rodrigues (1987) e, mais recentemente, os trabalhos baseados na série de *surveys* realizados por Power & Zucco (2004; 2011; 2012).

Para a política local e as investigações sobre orientações de vereadores, vários trabalhos têm buscado preencher a lacuna na compreensão das orientações da política parlamentar dos municípios,² mas este é ainda um campo a ser mais explorado, e uma das dificuldades de pesquisa é a própria abordagem dos sujeitos envolvidos.

Os capítulos focalizam as principais dimensões para a compreensão da política paulista. As dimensões da estruturação do sistema partidário e da competição e da estruturação do voto são abordadas em quatro capítulos: em “Dinâmicas de competição e desempenho eleitoral: O subsistema partidário de São Paulo”, de Maria do Socorro Sousa Braga, Valeriano Mendes Costa e Jean Lucas Macedo Fernandes, os autores fazem uma análise da estrutura de competição para o governo do estado desde 1994 e do papel da organização dos partidos para a estruturação do sistema. O capítulo “Explicações sobre o voto local no estado de São Paulo (1994-2016)”, de Rachel Meneguello, Henrique Curi e Otávio Catelano, explora explicações que a geografia eleitoral apresenta sobre o comportamento eleitoral dos paulistas entre 1994 e 2016, através do mapeamento das votações em nível local para as prefeituras e para o governo do estado, analisando a distribuição das preferências políticas e os fatores que colaboram para explicar a constituição de bases dos partidos. Na mesma direção de analisar a constituição das bases partidárias locais, no capítulo “O sucesso eleitoral do PSDB em São Paulo: Desempenho e desenvolvimento partidário em nível local”, Monize Arquer aborda uma das principais indagações para o entendimento da política paulista, qual seja, a formação das bases do PSDB nos municípios do estado e seu papel no sucesso eleitoral do partido para o governo de São Paulo. O trabalho de Jean Lucas Macedo Fernandes, “Trajetória

² Dentre os vários trabalhos que buscam compreender a dinâmica da atuação parlamentar local a partir de pesquisas de nível individual, citamos Rocha; Souza & Araújo, 2019; Almeida & Lopez, 2011; Almeida & Kerbauy, 2012.

e desempenho da direita partidária em São Paulo”, dedica-se à compreensão do declínio dos partidos conservadores no estado no amplo período entre 1982 e 2016. Com foco no campo da direita partidária, o capítulo aborda as cinco principais agremiações do período democrático, PFL/DEM, PDS/PP, PTB, PL/PR e PSD, analisando a sua trajetória eleitoral descendente no período e fatores explicativos de natureza organizacional.

Os aspectos da organização dos partidos, o seu funcionamento interno e o papel de lideranças são o foco de três capítulos. Nos capítulos “Existe vida: Filiação e participação de alta intensidade nos partidos políticos paulistas”, de Pedro Floriano Ribeiro e Oswaldo E. do Amaral, e “Os militantes petistas e tucanos em São Paulo: Padrões de militância e engajamento”, de Luís Gustavo B. Locatelli, a relação dos partidos com membros filiados e militantes partidários é analisada com base em dados empíricos originais, produzidos no âmbito do projeto. No capítulo de Ribeiro e Amaral, a dimensão interna partidária é analisada a partir do *survey* realizado junto a filiados dos dez principais partidos no estado, e é traçado o perfil da militância partidária paulista, abordando-se aspectos associados à intensidade da participação política nas agremiações. No trabalho de Locatelli, o foco é o engajamento partidário da militância jovem, comparando PSDB e PT. O autor utiliza dados da pesquisa sobre filiados partidários, mencionada no trabalho de Amaral e Ribeiro, e dados de pesquisa original realizada junto a militantes jovens do PSDB e do PT, por ocasião de encontro oficial dos partidos. O capítulo de Bruno Wilhelm Speck, “Personalização e partidarização das eleições majoritárias. Uma análise das eleições para governador, senador e prefeito da capital no estado de São Paulo de 1982 a 2016”, enfoca o grau de personalização e partidarização das disputas eleitorais, com o objetivo de dimensionar a importância das lideranças e dos partidos nas eleições para cargos representativos na capital paulista.

A coletânea também aborda a dimensão do Poder Legislativo local e estadual, respondendo a indagações sobre o perfil dos vereadores do estado, os aspectos da dinâmica parlamentar local, e aqueles que caracterizam a atividade legislativa estadual. O capítulo “A representação política nas câmaras municipais do estado de São Paulo”, de Maria Teresa Miceli Kerbauy, analisa a capacidade de organização partidária local, através das características gerais da elite parlamentar, a natureza e a intensidade da relação dos vereadores com suas organizações e, sobretudo, os parâmetros que orientam suas atividades

nas câmaras legislativas. Os dados dessa análise provêm do *survey* realizado com os vereadores do estado em 2014. O capítulo de Gustavo Sabbag e Marcus Rodrigues, “O Poder Executivo paulista: Relações entre a atividade legislativa e as coalizões de governo”, que aborda a dimensão legislativa dos partidos no estado, analisa os fatores políticos ligados às características da coalizão de governo que explicam o volume da atividade do Executivo na produção legislativa do estado no período entre 1995 e 2011. O trabalho de Thaís Cavalcante Martins, “Instituições, comportamento e produção legislativa: Um estudo da organização e do funcionamento do Legislativo municipal de São Carlos”, focaliza a organização da atuação parlamentar municipal, dedicando-se aos aspectos que incidem sobre a dinâmica legislativa na cidade de São Carlos entre 2001 e 2008. O capítulo aborda com detalhes a produção legislativa no período e o contexto institucional, as regras e normas que dão parâmetros às atividades dos vereadores.

Finalmente, a crescente importância que o grupo de parlamentares evangélicos e sua atuação vêm assumindo na política foi a orientação para dois capítulos que procuram mostrar como a relação entre a religião e a política se revela no âmbito da prática parlamentar. Em “Uma via de mão dupla: Recrutamento partidário de deputados estaduais evangélicos em São Paulo”, Marcela Tanaka analisa a relação entre as organizações partidárias e religiosas, desvendando aspectos do processo de recrutamento da elite política parlamentar evangélica no estado e a relação entre as igrejas e determinadas agremiações. O trabalho de Priscilla Leine Cassotta, “O conteúdo da produção dos deputados evangélicos na Assembleia Legislativa de São Paulo”, dedica-se ao estudo dos temas que caracterizam a agenda e a atuação dos parlamentares estaduais vinculados a organizações evangélicas nas duas legislaturas entre 2003 e 2011.

Novas questões emergiram à luz do processo eleitoral de 2018. As mudanças da política nacional que levaram à vitória do PSL para a Presidência da República também tiveram impacto na organização política do estado de São Paulo.

Na eleição para o governo paulista, e apesar de o partido ter obtido sua sétima vitória consecutiva, o PSDB perdeu a ampla hegemonia mantida desde 2006, quando passou a vencer as eleições em primeiro turno. Dividido por diferenças internas entre seus principais quadros e lideranças, e tendo João Doria, ex-prefeito da capital estadual, como candidato ao governo, a campanha

eleitoral do PSDB paulista em 2018 acoplou-se ao movimento bolsonarista, levando definitivamente para a direita a principal tendência política do estado que se consolidara historicamente pelo centro. A competição paulista traduziu claramente as divisões internas do partido, levando a que o candidato do PSB, Márcio França, então governador em exercício e ex-vice-governador da gestão Alckmin (2015-2018), inviabilizasse a vitória do partido no primeiro turno. Também exerceu papel relevante no primeiro turno o MDB, que desde 2014 já havia readquirido certo fôlego eleitoral perdido desde a queda do quercismo.³ A vitória do PSDB no segundo turno por pouco mais de três pontos percentuais sobre o PSB traduziu a forte polarização a que foram levadas as preferências políticas no estado, resultante de uma campanha que recuperou ultrapassadas referências a uma esquerda comunista, e a afirmação de uma direita apoiadora da ditadura militar, traduzindo fielmente a dinâmica imposta pela campanha vitoriosa à Presidência de Jair Bolsonaro.

O impacto da vitória do até então pequeno PSL de Bolsonaro para o sistema partidário brasileiro, e da ascensão de uma direita ultraconservadora com representação militar após mais de 30 anos de construção democrática, não é o foco desta apresentação. Para o estado de São Paulo, a ascensão do PSL, com a eleição da maior bancada na Assembleia Legislativa e do maior número de deputados federais, levou ao enfraquecimento, sobretudo, do PSDB, que sofreu uma perda substantiva de suas bancadas legislativas. Os principais movimentos observados no sistema partidário paulista com as eleições foram a perda de espaço do PSDB e do PT, a ampliação da representação das pequenas siglas, aumentando de 21 para 24 legendas eleitas para a Assembleia Legislativa, e uma renovação de mais de 50% da elite parlamentar. Os resultados de 2018 orientam novas hipóteses sobre a organização dos partidos e suas elites, bem como as tendências de voto do eleitorado. Esta coletânea contribui para a compreensão do terreno que propiciou essas mudanças e abre questões a serem exploradas com os resultados das eleições locais de 2020.

³ O primeiro turno da eleição para o governo do estado em 2018 distribuiu as principais votações entre o PSDB (31,77%), o PSB (21,53%), o MDB (21,09%) e o PT (12,66%). No segundo turno, o PSDB obteve 51,75% dos votos, contra 48,25% para o PSB (dados do TSE). Na eleição majoritária para dois senadores, o estado de São Paulo elegeu os candidatos do PSL e do PSDB.

DINÂMICAS DE COMPETIÇÃO E DESEMPENHO ELEITORAL: O SUBSISTEMA PARTIDÁRIO DE SÃO PAULO

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Valeriano Mendes Costa (Unicamp)

Jean Lucas Macedo Fernandes (Unicamp)

INTRODUÇÃO

Uma análise da trajetória do subsistema partidário de São Paulo a partir da primeira experiência de democracia competitiva no Brasil, a República de 1946, até os dias atuais mostra duas tendências de dinâmica da competição. No primeiro período, verificou-se a formação de um sistema partidário estadual não congruente com o nacional. Nenhum dos três partidos nacionalmente dominantes (PSD, PTB e UDN¹) também o era em São Paulo (Schwartzman, 1982), resultando em um dos subsistemas menos institucionalizados e mais fragmentados do país. Esse *status* abriu espaço para o fortalecimento de siglas como o PSP de Adhemar de Barros, um fenômeno de “insubordinação paulista” e alheio ao sistema PSD-PTB *versus* UDN (Sampaio, 1982). Já durante o regime civil-militar, após a extinção dos partidos pré-1964 e a implantação do bipartidarismo, houve a dominância da Arena, entre 1966 e 1973, e a ascensão do MDB no pleito de 1974, que se manteve como partido predominante durante a redemocratização, já denominado PMDB, até as eleições de 1994.

O ano de 1994 marcou a ascensão do PSDB ao governo estadual, associada à sua vitória para a Presidência da República. Nas eleições seguintes, enquanto o PSDB se manteve no controle do governo estadual, na esfera nacional o PT assumiu a Presidência até 2016. Assim, nos dois primeiros períodos (1946-1964;

¹ Cf. Lista de siglas, neste volume.

1964-1978), o subsistema paulista apresentou uma concentração da disputa pelo governo estadual em torno de dois grupos: adhemarismo *versus* janismo, nos anos 1950-1960, e Arena *versus* MDB/PMDB, nos anos 1970-1980. Com o retorno do pluripartidarismo em 1979, uma única força política passou a comandar o poder estadual – inicialmente, o PMDB, nos anos 1982-1990, e, depois, o PSDB, de 1994 em diante.

De modo geral, estudos sobre o sistema partidário paulista identificam dois períodos distintos. Entre 1946 e 1982 as clivagens eram bastante definidas e os padrões de votação eram claros (Soares, 1973; Faria, 1975). Além disso, o sistema partidário paulista apresentava um considerável “descolamento”, em relação à dinâmica político-partidária do restante do país (Cardoso, 1975; 1981). O segundo período, que se inicia nos anos finais do regime militar, está associado a uma nova dinâmica de competição multipartidária. Os novos partidos (PMDB, PT, PDT, PDS, PTB) ainda se mantinham basicamente organizados em torno do eixo “apoio *versus* oposição” ao regime militar. Mas a vitória do PMDB na disputa pelo governo estadual na eleição direta de 1982 começou a enfraquecer essa polarização, abrindo caminho para o processo de “interiorização” do partido, que conquistou até mesmo pequenos municípios, antigos bastiões de apoio ao regime (Sadek, 1989; Kerbauy, 2000). A partir de 1985-1986, com a conquista do poder federal, o PMDB iniciou um processo de alinhamento entre a dinâmica partidária estadual paulista e a nacional. A crise do governo Sarney e o fracasso nas eleições de 1989 impactaram gradativamente as bases eleitorais do partido no estado. Mas a inflexão final ocorreu com a ascensão simultânea do PSDB, tanto em âmbito nacional como em âmbito estadual, na onda do sucesso do Plano Real que resultou nas vitórias de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas em 1994 (Figueiredo & Jorge, 1997; Meneguello & Bizzarro Neto, 2012).

Diante de tal trajetória, este capítulo procura responder a estas três questões: qual é o grau de vinculação entre o subsistema paulista e o sistema partidário nacional? Que fatores estão relacionados à dominância do PSDB nas disputas pelo poder do estado? Como a estrutura organizacional dos partidos influencia sua capacidade de lançar candidatos?

Nosso argumento é o de que a estrutura da competição estadual para governador a partir das eleições de 1994, quando o PSDB passou a dominar amplamente, define a relação entre os dois sistemas (nacional e estadual).